Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 29 – FEVEREIRO DE 2016

EDITORIAL

UFG se abstém

Atos de violência física e simbólica nos desdobramentos da implantação de Organizações Sociais (OS) para administrar escolas públicas em Goiás poderiam ter sido evitados caso a UFG tivesse assumido seu próprio papel durante todo este processo.

Instituição detentora do maior capital intelectual e, portanto, das melhores condições para oferecer dados científicos à questão, maior formadora de mão de obra para a educação pública e empregadora da maior parte dos professores que por conta própria se envolveram nas tentativas de debate em torno das OS – e que igualmente sozinhos pagam as contas por isso –, a universidade age como se não fosse com ela ante ao que ocorre na educação pública em Goiás nos últimos meses.

Entrevistados nesta edição, os professores Fernando Pereira dos Santos (Cepae) e Rafael Saddi (FH) expõem, com base em suas experiências, suas visões sobre a rede estadual e sobre o projeto das OS. Visões estas discordantes em alguns pontos, mas convergentes ao avaliar a ausência de ações integradas por parte da UFG, que fossem com debates públicos, propostas de grupos de trabalho, frentes de pesquisa, dados. Nada.

Também nestas páginas, um resumo da trajetória do arquiteto, escritor, artista plástico, crítico de arte e professor aposentado Elder Rocha Lima, escrito pelo professor da FSC Pedro Célio Alves Borges. Demitido da UFG pela ditadura militar, preso e reconduzido após a anistia, Elder, aos 88 anos, segue extremamente ativo.

Confira ainda o balanço administrativo do Hospital das Clínicas após um ano sob comando da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Ainda há poucos resultados e algumas críticas, mas o professor José Garcia, superintendente da unidade, prevê melhorias para este semestre, quando começarem a tomar posse os primeiros aprovados no concurso do ano passado. E muitos outros assuntos.

Tenha boa leitura.

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Fábio Alves

ELDER ROCHA LIMA - *Trajetória do arquiteto e artista plástico é retomada por Pedro Célio Alves Borges (FSC). Elder é coautor do Monumento ao Trabalhador, obra em Goiânia destruída pela ditadura militar.* **Página 16**

‘Difícil OS dar certo’

Professor do Cepae e ex-superintendente de Ensino Médio da Secretaria de Educação, Fernando Pereira dos Santos acha projeto das OS na rede estadual exagerado e critica incapacidade de diálogo entre governo e Educação. Rafael Saddi (FH) conta o que viveu ao apoiar movimento dos estudantes secundaristas. Eles criticam falta de envolvimento da UFG.

Páginas 8 a 11

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

À espera do crescimento

Um ano após contrato com a Ebserh, Hospital das Clínicas aguarda chegada de concursados para melhorar atendimentos.

Página 7

JATAÍ E CATALÃO

Busca pela autonomia

Diretores de regionais falam da ansiedade da comunidade pela criação de novas universidades federais.

Página 13

Poesia e memória nas telas de Selma Parreira **Página 15**

Ações e perspectivas para ciência, tecnologia e inovações em Goiás

Romão da Cunha Nunes*

A Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – Secretaria Regional (SBPC/GO) vem trabalhando de maneira articulada desde a elaboração da constituição do estado de Goiás, aprovada dia 05 de outubro de 1989.

Os resultados foram considerados excelentes, pois conseguimos aprovar um percentual de 3% para as ações de ciência e tecnologia. Naquela época poucas nações destinavam um percentual tão alto. Depois de alguns anos não conseguimos que o preceito constitucional de 3% fosse respeitado, sempre com a alegação de que era muito elevado.

Diante deste problema a SBPC/GO intensificou o seu trabalho de articulação e convencimento junto às autoridades constituídas e para tanto contou com a participação decisiva da então Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg), e da Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás (APUC), realizando dezenas de reuniões, em Goiânia e no interior do estado.

No decorrer do ano de 2000, estas instituições desenvolveram documentos mostrando o acerto da PEC do deputado Ubiratam Aguiar, que destinava 40% dos recursos da ciência e tecnologia para as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, objetivando a redução dos contrastes e desigualdades regionais.

Posteriormente foram elaborados documentos e enviados em 07 de fevereiro de 2000 para o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, deputado Luiz Piauilino. Em 20 de março, um outro documento para o novo presidente da Comissão, deputado Santos Filho, os quais contribuiram para que fossem destinados 30% dos recursos dos Fundos Setoriais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em julho de 2004 foi realizada a Reunião Anual da SBPC, em Goiânia, quando governador Marconi Perillo comprometeu-se a criar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), mas como até o início de 2003 ainda não tinha sido enviada matéria para a Assembleia Legislativa, a SBPC/GO resolveu visitar todas a unidades da UFG, bem como universidades e intuições de ensino sediadas no interior do estado, colhendo nove mil assinaturas, que foram entregues ao governador Marconi Perillo no dia 13 de julho de 2003, oportunidade em que este se comprometeu a enviar a proposta para criar a Fundação.

A comunidade científica voltou a se mobilizar em 2005 depois da posse da professora Raquel Teixeira na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás. Pela primeira vez alguém ligado à academia assumiu tal posto e já em 12 de dezembro a Fapeg foi criada.

A demora na alocacão de recursos desgastou a imagem da fundação, mas depois da destinação de 0,5% para os fins da Fapeg a mesma foi se firmando perante a opinião pública, graças às diversas modalidades de auxílios: Edital Universal, Primeiros Projetos, Pronex Pq1, para bolsistas Nível 1 do Conselho Nacional de Desenvolvimentos Científico e Tecnológico (CNPq), apoio aos estudos de Combate às Drogas Ilícitas e Lícitas como o álcool, apoio a Programas de Pós-graduação, em conjunto com a Comissão de Aperfeicoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A Fapeg atua também na difusão do conhecimento com auxílios para realizações e participações em eventos. Aportou recursos para inovação da micro e pequena empresa, tem atendimento no balcão, mais voltado para ações emergenciais como para o combate da *Helicoverpa armigera* que atacou a soja, algodão e hortaliças.

> “POUCO MAIS DE 30% DOS DOCENTES DA UFG SÃO RESPONSÁVEIS PELA QUASE TOTALIDADE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS”

Recentemente a Fapeg firmou convênio com o município de Rio Verde /Instituto Federal de Goiás para desenvolver pesquisas sobre temas que estão entravando o município de Rio Verde-Go. Neste convênio, a Fapeg destinará R$ 4 milhões o município de Rio Verde e o IFG, R$ 1 milhão.

A fundação também vem atuando na área internacional com a França, por meio de convênios como o feito com Inra para a automação e informática. Com o CNRS para ações na área de matemática.

Com o Reino Unido, os convênios foram com o Conselho Britânico e Fundação Newtom, em várias áreas do conhecimento.

Nos dois últimos anos houve uma redução na destinação de recursos para pesquisa no país, mas os docentes da UFG captaram cerca de R$ 30 milhões, o que representa 30% do total dos recursos conseguidos neste período, demandando nos diversos editais da Fapeg. Em 2015, ocorreu uma captação significativa de empresas privadas. Este dado evidencia a importância da Fapeg para todas a instituições de ensino e pesquisa do estado de Goiás.

Tudo isto só foi possível graças a uma gerência ágil e eficiente que colocou a Fapeg entre os órgãos que mais captam recursos externos no Estado de Goiás e hoje tem grande credibilidade entre os pesquisadores goianos. Patrimônio tão precioso precisa ser preservado e uma estratégia eficiente é a aprovação de mecanismos permanentes para liberação de recursos na forma de duodécimo.

A UFG foi fundada em 1960 pelo presidente Juscelino Kubistchek e o Estado foi o grande beneficiado com a transferência da capital da república do Rio de Janeiro para o Planalto Central goiano. A expansão da universidade foi relativamente lenta, mas na última década passou por crescimento acelerado, praticamente duplicando o número de professores e alunos. A grande maioria dos professores contratados neste período já tinha qualificação de doutorado. Com pessoal qualificado viabilizou a criação de diversos programas de pós-gradução. A produção científica também cresceu bastante, pois houve disponibilização de recursos, mas nos últimos anos ocorreu redução motivada pela transferência de verbas do Fundo Nacional de Desenvovimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para bancar as despesas do programa Ciência sem Fronteiras, que apesar do grande mérito, acarretou reduções orçamentárias que estão refletindo em diversas áreas do conhecimento.

Um fato que chamou atenção foi que pouco mais de 30% dos docentes da UFG são responsáveis pela quase totalidade dos trabalhos publicados nos últimos dois anos, evidenciando a falta de uma distribuição mais homogênea.

Os dirigentes da UFG precisam entender, analisar e estabelecer linhas prioritárias de ações com acompanhamento e reorientação, sempre que necessário, para que a Universidade seja referência em pesquisa de qualidade na região Centro-Oeste. A inobservância deste norte pode comprometer o crescimento recente e deixar de contribuir decisivamente no desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do estado de Goiás.

** Professor da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ/UFG) e secretário Regional Adjunto da SBPC/GO*

Universidade caolha

*José Clecildo Barreto Bezerra**

É sempre forte a frase de que a universidade tem o dever, determinado pela legislação, de trabalhar com o "tripé em Ensino, Pesquisa e Extensão". Se é lei, dever-se-ia cumpri-la. No entanto, a realidade desequilibra este eixo fundamental. É interessante notar que esse desequilíbrio, via defesa extrema e isolada de um dos pés, provoca a compartimentação da relevância de cada pé. A supremacia de um sobre o outro abala o assento da missão universitária e gera uma visão caolha em que um dos pés parece menos relevante.

Belo resgate para esta discussão é trazido por meio da publicação de dados sobre a UFG por colegas professores (Diniz-Filho; Fioravanti; Bini; Rangel. 2016. *Journal of Informetrics* 10: 151–161). Apresentam raras reflexões fundamentadas, em forma de artigo, e ainda controversas na universidade pública, principalmente quando se discute a distinção entre as atividades de pesquisa e de ensino, somadas aos docentes que optam em determinado período a dedicarem-se às atividades de gestão. Os resultados do artigo apontam que tais análises poderiam contribuir com as melhores práticas de políticas acadêmicas no País. De forma significativa reforçam o papel da universidade como produtora de avanços e que a prática de ensino associada à pesquisa e à extensão deve ser valorizada.

Na parte pedagógica pode-se até ter métricas, dados, mas não conseguimos avaliar o quanto nosso sistema educacional superior negligencia significativas atividades "bem-sucedidas" de ensino ou de extensão. Despreza, também, os dados efetivamente analisados durante o processo de formação dos alunos e de elaboração de relatórios anuais, em uma variação de sistemas operacionais, praticamente individualizado por universidade brasileira. Essa avaliação representa no Brasil um "fraco indicador" e isto pode ser constatado em progressões na carreira, na captação de recursos ou, mesmo, como subsídios para demandas de projetos especiais de formação.

Os reconhecimentos e os pesos distintos refletem, inclusive, na criatividade de interseção entre as atribuições principais da universidade. Por exemplo, há dados, mas não informações (o conjunto de dados interpretados) relevantes de eficácia do trabalho docente em classe ou de eficiência discente que possa nos subsidiar no alcance de uma visão nacional do sistema ou, como revelam os dados interpretados pelos autores do artigo, fomentar uma diretriz para aprimoramento de uma política acadêmica diferenciada e em consonância com a Lei.

O tripé valoriza de igual maneira as três dimensões, eixos do movimento universitário e dá-nos a garantia de manter uma formação sólida, mas ao mesmo tempo, mantém os pés distantes entre si. Acertamos se colocamos os alunos no centro destas atividades. Em universidades de grande reconhecimento internacional nos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Europa, cada vez mais acontecem programas institucionais que buscam integrar as atividades universitárias. Promovem os alunos com iniciativas que refletem em suas carreiras, sejam as escolhas científicas, empresarias ou a mistura em atividades inovadoras.

No centro dos dados, legislações e discussão estão os agentes da inter-relação ensino e aprendizagem, envolvidos no processo. As universidades brasileiras tomarão parte em uma nova regulamentação, principalmente no que se refere aos seus talentos humanos, baseada na lei aprovada n. 13.243 de 11 de janeiro de 2016, que trata de estímulo ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovação. O Art. 14 classifica o pesquisador público, inclusive aqueles em dedicação exclusiva com plano de carreiras e cargos de magistério, para exercer atividade remunerada de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação em Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) ou em empresa; o Art. 15A prevê que a ICT de direito público deverá instituir políticas de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo. Todos os procedimentos, depois de regulamentados, deverão observar os interesses da instituição. Entre várias diretrizes e objetivos da política institucional a ser estabelecida pela nova lei (a UFG já vem ampliando seus passos nessa direção), está o inciso VII que orienta as ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, em transferência de tecnologia e em propriedade intelectual.

A nova abordagem de inovação, "saída do forno", tem a possibilidade de ser o elo integrador do tripé em que se articulam os saberes da universidade – ensino, pesquisa e extensão - e o mundo do trabalho. Será intensificada a busca do empresário que procura apoio no desenvolvimento de uma ideia ou projeto. O professor focará no que pode transferir, ou mesmo empreender, por meio da tecnologia desenvolvida. Entretanto, de que forma isso será avaliado na Universidade ou se criará avaliações que ampliam a distância entre as ciências que desenvolvemos? Mas a pergunta principal pode ser: Como vamos efetivamente incluir essa abordagem, emanada da nova legislação, na vida de nossos alunos?

Um exemplo em andamento, e bem avaliado, é o programa americano denominado Innovation Corps (I-Corps). Além de tudo que se possa imaginar dentro de um programa nacional para estimular pesquisas, empreendedorismo e inovação, ele fortalece a existência de um "não-novo", importante elemento no cenário universitário: o mentor e a mentoria. É difícil em nosso monitoramento do sistema educacional reconhecer esse agente, mas ele já existe e podemos desenvolvê-lo. Poderíamos ter criado esse agente no Programa Ciência sem Fronteiras, em que a maioria dos alunos ficaram na individualidade, com raro suporte científico/educacional nas escolhas internacionais e sem o acompanhamento continuado da sua formação. O programa americano Innovation-Corps em relação aos orientadores amplia-lhes a visão e cria uma geração de professores que possibilita aos alunos a inserção à vida científica e ao ponta pé inicial de uma carreira profissional, seja ela de patrão ou de empregado. Isso revela a importância do orientador que conhecemos bem em atividades de laboratório, treinamento de processos e mesmo na inovação. O programa fomenta o orientador a avançar na vida profissional de um acadêmico e isto gera inclusão no mercado (científico ou tecnológico) e desenvolvimento econômico, este é o Mentor no Innovation-Corps.

Esse processo nos Estados Unidos tem gerado mudanças notáveis. Principalmente nas universidades que desejam integrar seus alunos nas suas atividades, como acontece nos 23 campus da Universidade Estadual da Califórnia e novas práticas educacionais em classe e fora dela, além de atrair atividades de extensão. O Programa não prioriza diretamente a abertura de novos negócios por alunos e aumento de renda, como as incubadoras e parques tecnológicos já se propõem, mas estimula o aluno a aprender ter foco entre o conhecimento e a transferência social ou tecnológica.

Cabe refletir, à luz da nova lei brasileira aprovada e a espera de regulamentação, que as diretrizes institucionais permitam a inclusão real no ambiente inovador e empreendedor, ainda que dê respostas de como a educação superior brasileira poderá fortalecer sem dissociar os pés do tripé ensino, pesquisa e extensão e superar a ênfase de ser caolha para esta ou aquela escolha docente de dedicação. Com a nova lei e a sempre renovada geração de professores, que será imersa nesta diretriz institucional, parece que o grande salto é ampliar a visão de serem desenvolvedores, em si e nos alunos, de personalidades empreendedoras aliadas à busca constante do conhecimento.

** Biólogo, professor do IPTSP-UFG e em estágio pós-doutoral no Programa de Educação e Pesquisa em Biotecnologia da Universidade Estadual da Califórnia (Innovation-Corps/CSUPERB)*

Raquel Teixeira, as OS e os debates na UFG

Anderson de Paula Borges *

A secretária estadual de educação de Goiás, Raquel Teixeira, esteve no conselho diretor da FE-UFG no último dia 20 de janeiro para discutir as OS, mas, num gesto surpreendente, os docentes daquele conselho votaram um pedido de "não discussão", obrigando a secretária a ir embora sem expor suas ideias. Como muitos sabem, A FE-UFG teve suas razões para protagonizar esse ato: há um sentimento de que o governo estadual quer implantar as OS "custe o que custar", sem discutir com os setores competentes, sobretudo sem dialogar com professores e alunos da rede estadual de ensino. Não vou entrar no mérito desse argumento, pois quero examinar o fato por um prisma interno à UFG: o problema dos debates públicos. Alguém poderia argumentar que mesmo que a FE-UFG tenha razões fortes para criticar a secretária, ainda assim valeria a pena permitir a discussão das OS. Contudo, eu pergunto: será mesmo? Vejamos o clima lá (para os que não viram o fato, as imagens estão na internet): Raquel fala por cerca de dois minutos e é vaiada. Depois que o conselho decide não discutir, ela sai seguida de perto por alunos que aos berros gritam frases de ódio do tipo "fora Raquel". O fato mostra intolerância e ressentimento da parte dos que foram para o "conselho aberto". Qualquer argumento que pudesse ser desenvolvido lá poderia modificar esse sentimento? De um lado, o ressentimento é compreensível, embora não justifique o tratamento dado à secretária. A FE e várias unidades da UFG publicaram notas de repúdio às ações do governo de Marconi na área de Educação, com críticas pesadas às OS e à militarização, sem que houvesse qualquer resposta da parte do governo. Além disso, há o aspecto simbólico da ocupação das escolas estaduais pelos alunos, amplamente apoiados por professores e alunos da UFG. Assim, Raquel sabia que o ambiente na UFG não seria simpático às OS.

De outro lado, Raquel deve ter pensado que poderia falar e ser ouvida, receber as críticas dos docentes numa forma polida e clara – como deve ser em qualquer colegiado acadêmico – e então sair de lá com a sensação de que valeu a pena, apesar do claro descontentamento da audiência. Mas a realidade é outra nestes debates públicos. Raramente se vê alguém desenvolver uma análise ou argumento. Na verdade, muitos estão lá apenas para "usar a palavra" e, por meio dela, tentar ressoar uma posição, em geral dogmática, entre outros propósitos. A audiência que assiste às diferentes opiniões, por sua vez, vaia quando a posição é contrária a seus interesses e aplaude quando é favorável. Foi provavelmente essa audiência que seguiu a secretária na saída e a hostilizou. Se alguém achar que estou simplificando, veja os vídeos das seções públicas do caso Ebserh ou frequente qualquer assembleia. As coisas ficam piores nestas seções se o objeto de discussão for um tópico que exalte os ânimos, como a ideia de introduzir práticas de escola privada no sagrado "ensino público" ou mexer no divino direito à "estabilidade no emprego". Nestes casos, raramente veremos um debate construtivo, o que é uma pena. Seria interessante ver alguém fazendo juízos plausíveis – contrários ou não – sobre a tese de Raquel de que os docentes não servem para fazer gestão ou sobre a proposta de que é desejável comparar o desempenho de escolas no modelo tradicional com o desempenho das escolas sob o regime jurídico das OS. Contudo, se tivesse ocorrido, provavelmente o debate seria semelhante a outros que vi na UFG: abrir-se-ia uma lista de "falas" e uma parte dos participantes iria usar toda a sua habilidade retórica para condenar a política da secretária. Assim, talvez não tenha sido uma desvantagem não ter ocorrido o debate e, curiosamente, é bem possível que, com a decisão de não discutir, a FE-UFG tenha feito involuntariamente um gesto de solidariedade à secretária.

** Professor da Faculdade de Filosofia (Fafil-UFG)*

Adufg SINDICATO prestação de contas

Outubro de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	258.966,31
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	7.842,50
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.762,47
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	1.000,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R$	**269.571,28**

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	45.999,03
2.1.2- Encargos Sociais	30.399,62
2.1.3- Seguro de Vida	417,46
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	302,87
2.1.5- Ginastica Laboral	550,00
2.1.6- Repasse do emprétimo de funcionários	0,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	0,00
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	687,34
Total R$	**78.356,32**

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.641,57
2.2.2- Despesas com Correios	5.528,66
2.2.3- Energia Elétrica	3.764,06
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.926,60
2.2.5- Honorários Contábeis	2.758,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	590,10
2.2.7- Serviços Gráficos	500,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.510,49
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.723,17
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	1.639,39
2.2.11- Hospedagem/manutenção/layout do site	2.740,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	455,37
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.006,00
2.2.17- Agua e Esgoto	917,48
Total R$	**34.701,58**

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	3.203,59
2.3.2- Despesas com Coral	2.114,13
2.3.3- Diária de Viagens	2.193,10
2.3.4- Tarifas Bancárias	159,63
2.3.5- Lanches e Refeições	1.394,99
2.3.6- Quintart	7.761,51
2.3.7- Patrocinios e doações	5.998,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	1.723,49
2.3.9- Festas/Reuniões	22.144,25
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	1.282,14
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	439,10
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	8.557,17
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.072,00
2.3.14- Material de expediente	1.389,82
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	23.499,00
2.3.16- Outras despesas diversas	4.031,15
2.3.17- Manutenção e Conservação	5.228,18
2.3.18- Homenagens e Condecorações	400,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	309,60
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	11.726,85
2.3.22- Cópias e autenticações	105,77
2.3.23- Sabadart Jataí	4.195,73
2.3.24- Despesas com Greve	2.995,60
Total R$	**111.924,80**

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	3.551,48
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.737,89
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	574,44
Total R$	**25.863,81**

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2- Aplicação CDB	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**250.846,51**
3- Resultado do exercício 10.2015 (1-2)	**18.724,77**

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	
4.1.5- Computadores e Periféricos	
4.1.6- Outras Imobilizações	
Total R$	**0,00**

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**0,00**
5- Resultado Geral do exercício 10.2015 (3-4)	**18.724,77**

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

RECORDE DE APOSENTADOS SEM SALÁRIO EM JANEIRO

28 aposentados e pensionistas da UFG não receberam pagamento de janeiro. São aniversariantes de novembro que deveriam ter recadastrado seus dados junto aos bancos pagadores até 18 de janeiro, mas não o fizeram. É o maior número já registrado pelo Departamento de Pessoal (DP), que registra média mensal de 10 não recadastrados. "O total na verdade eram quase 150 não recadastrados (em novembro). Ligamos e até fomos na casa de quem encontramos, mas não conseguimos contato com estes 28", diz Maruska Sansaloni, chefe do DP. Quem não recebeu pode ir ao DP, atualizar os dados e ativar o pagamento, que será realizado junto ao salário do mês seguinte.

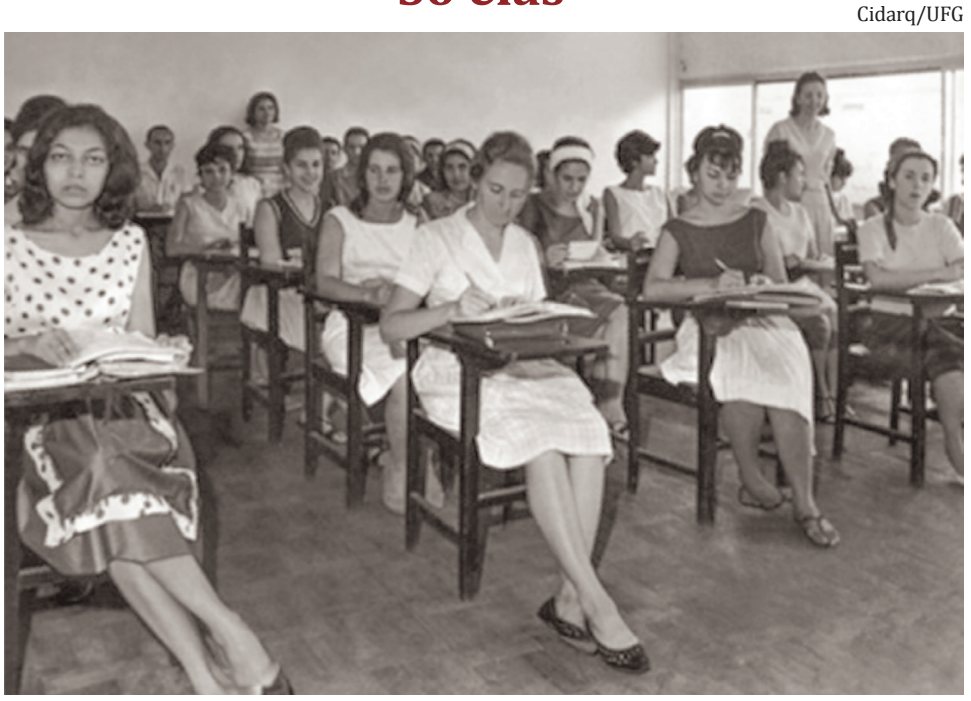
Música de corredor

Fábio Alves

Estudante pratica contrabaixo na entrada da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). É uma das unidades com corredores mais vivos e animados da UFG.

Só elas

Cidarq/UFG



Aula da primeira turma de Letras da UFG, década de 60. Foto do acervo do Centro de Informação, Documentação e Arquivo – Cidarq-UFG

Pró-reitor AEA1

Pró-reitor, José Alexandre Felizola Filho (ICB) foi quem mais produziu ciência na UFG em 2015. Atingiu 14,5 pontos em artigos equivalentes A1 (AEA1).

Campeões

Depois de Alexandre, vem Márcio Caliari (EA), com 12,05 pontos, e Célia Maria de Almeida (ICB), com 10,95. Os dados de toda produção científica da UFG ano passado são da PRPG e PRPI.

Justiça

A Adufg Sindicato acionou a Adcaj na Justiça para que a filiada ao Andes deixe de se colocar como sindicato representante da categoria na Regional Jataí. A Adufg, único sindicato docente legítimo em Goiás, também pede indenização por danos morais.

Diálogo

Do ministro Aloizio Mercadante (MEC) a dirigentes do Proifes Federação, em janeiro: "Espero mantermos sempre esse diálogo. Vocês são uma entidade combativa, mas extremamente responsável".

Estabilidade

"Essas greves prorrogadas causaram uma distorção. Uma categoria com estabilidade num ano em que o país teve dois milhões e meio de desempregados. Temos que encontrar um caminho para tratar essa questão", afirmou Mercadante.

Crianças

O MEC traça os impactos da greve docente de 2015 na formação de crianças. "Temos temas importantes no PNE (Plano Nacional de Educação) e temos desafios fundamentais na formação dos professores para debater", disse o ministro.

Básico

Segundo o MEC, dois terços dos professores de Física na rede pública no ensino médio não são formados em Física e, se todos os formandos fossem hoje para a sala de aula, ainda sim não resolveriam o déficit em 15 anos.

Vivência

"Precisamos rever o curso de Pedagogia e as licenciaturas. Fazer talvez uma reformulação, para que os professores da rede pública tenham mais vivência, mais experiência", disse Mercadante ao Proifes.

Distância

Nas entrevistas desta edição sobre as OS na rede estadual, tanto Fernando Santos (Cepae) quanto Rafael Saddi (FH) criticam a distância entre a UFG e o ensino público, básico e fundamental.

Sem atrativos

Da coordenadora de Licenciatura e Educação da Prograd, Miriam Fábia: "À medida que a carreira já é desvalorizada, as OS (na rede estadual) acabam com ela. Se não havia muitos atrativos para os professores, e agora então?"

Visibilidade

Presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva é agora vice-presidente do Proifes Federação, em substituição a Daniel Christino, também diretor da Adufg. "A meta é aumentar a visibilidade nacional da federação", disse Flávio.

Consumo

Pesquisa comandada pelo professor Denis Castilho (Iesa) mostrou que a indústria é responsável pelo consumo de 39% de toda energia elétrica produzida no Brasil. Em Goiás, esse índice é de 35%.

Assédio

Presidente da Associação de Pós-Graduandos (APG), Raísa Vieira (ICB) alerta para casos de assédio moral na UFG. "Estudantes pagam contas, fazem serviços externos para orientadores. Há casos de assédio sexual", diz. A APG prepara campanha para combater os casos na UFG.

Adufg SINDICATO notícias

Análise garante economia no convênio com Unimed

Uma análise comparativa de dados realizada pelo diretor adjunto Administrativo da Adufg Sindicato, professor Thyago Marques, garantiu, na negociação de reajuste do convênio com a Unimed, uma economia de aproximadamente R$ 1,8 milhão ao sindicato para este ano.

Em dezembro passado, A Comissão de Saúde apresentou à diretoria do sindicato um levantamento de dados dos últimos dez anos, com índices sobre sinistralidade (porcentagem de utilização do plano de saúde), quantidade de usuários, reajustes anteriores, quantidade de exames e outros índices, tanto do plano da Adufg quanto números da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Ao cruzar estas informações, o professor da Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC) concluiu que a proposta inicial de reajuste da Unimed, de 17,62%, fugia do comportamento histórico dos dados e, portanto, não se justificava.

Com isso, a Comissão de Saúde percebeu, dentre outros fatores, que desde 2012 o índice de sinistralidade caiu em 25%, que houve redução no número de exames pelo plano e que houve um aumento de 11,5% no número de usuários, efeito dos esforços da própria Adufg em motivar seus filiados a contratar o plano.

"Se aumentamos os usuários e ao mesmo tempo houve redução do número de exames, não haveria justificativas para arcar com o reajuste proposto", diz o professor. "Temos o papel de levar serviços mais justos aos associados", afirma.

A Adufg Sindicato paga cerca de R$ 2 milhões por mês para Unimed. O aumento proposto iria impactar em R$ 340 mil ao mês. Considerando os cerca de 5,7 mil usuários, o ticket médio de aumento seria de R$ 59 por usuário.

Com o índice aprovado, de 9,7% (próximo ao índice da inflação acumulada no ano), o impacto será de R$ 194 mil ao mês, com ticket médio de aumento de R$ 34 por usuário. "Significa um benefício da ordem de R$ 146 mil ao mês, o que representa uma economia média por usuário de R$ 25,60", diz o professor.

"Em uma família com quatro pessoas, por exemplo, representa uma economia de cerca de R$ 100 ao mês, justamente em tempo de crise, de um serviço importante que garante uma certa tranquilidade às pessoas, que é o plano de saúde", explica.

Números

R$ 1,8
milhão foi a economia gerada ao sindicato com a negociação

17,62%
foi o índice de reajuste proposto pela Unimed

9,7%
foi o índice de reajuste fechado após contraproposta da Adufg

5,7 mil
são os usuários do plano, dentre docentes e seus dependentes

Fábio Alves

Thyago: empenho garantiu um menor reajuste

Docentes no cinema

Fábio Alves

Patrocinadora oficial da Mostra de Cinema "O Amor, a Morte e as Paixões", a Adufg Sindicato distribuiu aos professores filiados 1.470 ingressos gratuitos durantes os 15 dias da segunda maior mostra de cinema do Estado de Goiás.

Adufg SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 29
Fevereiro de 2016
Idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original
Cleomar Nogueira

Editora responsável
Alessandra Faria (JP 01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves (JP 0003403/GO)

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato

HC aguarda resultados com Ebserh

Superintendente afirma que hospital foi organizado administrativamente e deve colher melhorias com novas contratações neste primeiro semestre

Fábio Alves

Superintendente do HC, professor José Garcia: balanço além do esperado

O Hospital das Clínicas (HC-UFG) ainda não ampliou os números de atendimentos após a chegada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Aprovada sob críticas e protestos no final de 2014, a empresa passou 2015 organizando administrativamente o hospital, que ainda depende das contratações dos novos concursados para começar a ampliar seus resultados.

Para o superintendente do HC, professor José Garcia Neto, as mudanças na estrutura burocrática do hospital, com extinção e criação de novos cargos e áreas, geraram condições administrativas favoráveis para um aumento de até 50% dos atendimentos, assim que chegarem os novos concursados.

Das mil vagas anunciadas, houve concurso para 490 e a previsão da Ebserh é que os aprovados comecem tomar posse entre a segunda quinzena de fevereiro e a primeira quinzena de março de 2016. A inserção do novo pessoal se dará progressivamente, com 80 chamadas a cada 30 ou 60 dias.

"O que planejamos pra 2015 foi tudo cumprido", diz José Garcia. Leitos foram readequados e estão em ótimas condições de atendimento, segundo o professor. "Inclusive temos os melhores aparelhos, todos a Ebserh mandou para a gente. Repuseram material cirúrgico. Temos o Pronto Socorro novo, que só espera pessoal chegar pra abrir", diz.

"Podemos dizer que o balanço é mais do que esperávamos, porque se estivéssemos como antes (do contrato), teríamos diminuído com a crise. Mas não perdemos um só leito com essa crise. Isso só foi possível com o trabalho da Ebserh, com a renovação da administração e do parque tecnológico", afirma o professor. O HC segue com 20% dos leitos fechados, mesma marca de antes do contrato.

O orçamento do HC também não teve alteração após o contrato, mas, para José Garcia, as mudanças administrativas da Ebserh já permitiram melhor utilização do dinheiro que entra no hospital. "Vamos retirar um peso de quase R$ 3 milhões da folha e esse dinheiro vai ser todo para atendimento", planeja.

"Os contratos da Fundahc (Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas) são irregulares há mais de 20 anos e isso sempre foi um peso para o hospital, que usa dinheiro da assistência para pagar pessoal. Por isso o TCU (Tribunal de Contas da União) vem pressionando, esse é o grande motivo das dívidas do HC", diz o superintendente.

Macloys Aquino/outubro de 2014

"Em 2015 o HC piorou"

Para Frederico Barra, professor da Faculdade de Medicina (FM) e médico ortopedista do HC, a chegada da Ebserh não melhorou e não deu garantias de melhorias para o hospital. "O HC é o reflexo do Brasil. Dizem que vai melhorar, mas só piora. Nesse um ano, o HC só piorou", afirma.

"Falta cada vez mais material, pessoal, condições de trabalho. É só pegar as reclamações na ouvidoria", diz. "São muitos os problemas. Pacientes e alunos estão reclamando. Tem caso de paciente que fica internado mais de 15 dias esperando operação", denuncia.

"O hospital deveria servir aos pacientes e aos alunos. Pergunta se estão satisfeitos, se melhorou. Não melhorou. Os alunos não estão sendo beneficiados nem os pacientes. O contrato diz que eles teriam um ano e meio para reformular o hospital. Não fizeram em mais de um ano. Não vão fazer em apenas quatro meses", afirma.

Frederico Barra: "Alunos não estão sendo beneficiados, nem os pacientes"

ENTREVISTA
FERNANDO PEREIRA DOS SANTOS

‘Difícil OS dar certo’

Fábio Alves

A rede estadual de ensino é muito ruim e algo precisa ser feito, acredita Fernando Pereira dos Santos. Mas, segundo ele, não é possível defender o projeto das Organizações Sociais (OS), porque este não foi debatido e, por isso, não é conhecido. “De um lado, uma ideologia que é contra tudo e todos, como é a Educação. De outro, uma ideologia de governo que acha que pode fazer tudo sem discutir com ninguém. Aí não tem diálogo, o resultado é o conflito”, afirma.

O professor do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) foi superintendente de Ensino Médio da antiga Secretaria de Educação de 2011 a 2014. Conhece bem a rede estadual de ensino, de professores e escolas à grade curricular, da estrutura da secretaria a processos burocráticos.

Foi durante sua gestão que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de Goiás subiu 16 pontos e chegou ao 1º lugar nacional no ensino médio na rede estadual. “Apenas dando aula. Porque na educação pública não tem aula. A única diferença que fizemos foi essa, passou a ter aula. E aula ruim, sem planejar, professor ruim. Mas só isso já colocou Goiás no primeiro lugar”, afirma.

Jornal do Professor - O projeto das OS foi debatido na sua época?

Fernando Pereira dos Santos – No último ano da nossa gestão isso foi ventilado, mas nunca discutimos isso. Sempre disse que uma coisa é OS na Saúde, para administrar quatro ou cinco hospitais, outra coisa é na Educação, para administrar 1.170 escolas, onde vai arrumar essas OS?

JP – É um projeto necessário?

Fernando – Não vejo essa necessidade imediata e acho difícil dar certo. É preciso fazer alguma coisa na Educação, porque o que está ai é muito ruim. Não só a pública, toda educação no Brasil é muito ruim. No Pisa (Programme for International Student Assessment), que avalia educação pública e privada, o Brasil vai muito mal. Na nossa gestão, saímos do 16º lugar para o primeiro lugar no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e a ênfase foi em ter aulas. Porque na educação pública é comum não ter aula. Só essa mudança já colocou Goiás no primeiro lugar no Brasil, com média 3,8, que é muito ruim.

JP – Por que pode não dar certo?

Fernando – Eu não faria com essa magnitude que o governo quer fazer, de começar com 200 escolas. Eu faria um piloto com um número razoável de escolas para ver como seria o resultado disso. Até mesmo para essas OS se capacitarem, para vermos que OS funciona e a que não funciona. Não tem OS no Brasil que cuida de escolas. Nenhuma das que se apresentaram aqui tem experiência em gestão de escola. Acho muito grande o projeto. Mas talvez valha a pena tentar essa experiência porque a gestão pública é muito cara e muito difícil. A escola pública é mais cara que a escola particular. Seria mais barato para o governo pagar escola particular para os alunos que manter a escola pública.

JP – Por quê?

Fernando – Porque o dinheiro some na administração pública. Você vai fazer uma pintura de uma escola e gasta o que daria pra construir uma casa. A licitação é cara e lenta, e o dinheiro escorre não se sabe por onde.

JP – Um argumento do governo é de que as OS poderiam gerir melhor esse dinheiro.

Fernando – É, o ponto positivo seria esse, uma gestão com menos amarras. Saiu um professor, imediatamente contrata outro. Hoje, se sai um professor da rede, você gasta dois, três meses para repor. Então, a princípio, seria um caminho que valeria a pena tentar, mas acho muito temerário começar desse tamanho. Deveria ser um processo gradual. Seria muito melhor gerir por OS do que entregar para os militares, por exemplo.

J**P – Por quê?**

Fernando – Se as OS derem certo, claro. Porque Educação não é lugar de militar. Cada escola ocupa mais de trinta policiais, que estão fora da Segurança Pública.

JP – E os impactos da educação gerida por militares?

Fernando – As escolas militares foram ampliadas porque apresentaram bons resultados. Pais fazem filas nas escolas militares porque lá tem aula, tem disciplina e tem resultado. A escola militar segue o mesmo programa da secretaria, os mesmos livros, os mesmos professores. A diferença é que lá tem aula. Agora é claro, imagine, são cinco ou seis policiais militares andando armados no pátio. Vai ter menino fazendo baderna na escola? Do ponto de vista da disciplina pode ser eficiente, mas que disciplina é essa? Meninos tendo de bater continência todo dia, um jeito de vestir, não pode brinco, não pode cabelo comprido... Mas tem resultados e a população quer isso. Então se as OS apresentassem resultados, seriam uma alternativa aos militares.

JP – Por que o projeto não foi debatido antes da implantação?

Fernando – O governo errou muito nisso. O governador, desde que assumiu esse mandato, falava que colocaria OS, mas o projeto de resolução não foi discutido com ninguém. Durante os quatro anos da nossa gestão esse projeto nunca foi discutido e não foi discutido em 2015. Não foi feito na Secretaria de Educação, é coisa da Procuradoria do Estado. Então a preocupação deles foi em como resolver tecnicamente o projeto. Hora nenhuma se preocupou em apresentar isso para a sociedade. É uma falha. O governo foi muito autoconfiante, achou que por estar há 16 anos no poder tinha cheque em branco para fazer o que quiser. Se é uma coisa que poderia ser boa, não mostrou isso para ninguém, não ganhou ninguém. Agora que vai implantar, vem com propaganda na televisão.

JP – Algumas instituições se colocaram contra o projeto das OS, mas não vimos instituições que não o governo apoiando o projeto.

Fernando – É um sinal da falta de discussão. Só governistas, a serviço do governo, têm condições de defender esse projeto. Simplesmente porque ele não é conhecido. Não ter entidades da sociedade defendendo o projeto é grave e é em função do desconhecimento. Se o governo tivesse trazido essa discussão, poderia ter apoio das igrejas, entidades empresariais, sindicatos... O governo não procurou esse tipo de apoio porque não achou que era importante. O projeto pode até ser bom, mas não se conhece nada dele.

JP – Como você vê esse momento tenso entre estudantes secundaristas, movimentos de apoio, e o governo?

Fernando – De um lado, uma ideologia que é contra tudo e todos, como a que está presente na Educação brasileira, que prega que só o público é capaz de oferecer uma educação de qualidade. De outro, uma ideologia de governo que acha que pode fazer tudo sem discutir com ninguém, que sua vontade é majoritária e que só o privado tem competência. Aí não tem diálogo, vira um prato cheio, o resultado é o conflito.

JP – O episódio da visita da professora Raquel Teixeira à Faculdade de Educação pode ser um sinal disso.

Fernando – Exato. De um lado, professores da Educação não queriam ouvi-la. Já tinham dito o que acham do projeto e a secretária sabia. E afinal, o que ela (Raquel) teria para oferecer? Ela mudaria algo no projeto? Não. A Raquel vai lá para fazer teatro, para dizer "olha, estou aqui para discutir". Mas na verdade o projeto já está sendo aplicado. O diálogo deveria vir antes, mas nenhum dos lados está disposto ao diálogo.

JP – O professor falou em ideologia na Educação. O que quer dizer?

Fernando – É quando a discussão deixa de ser pela necessidade de mudança na educação. Os resultados todos mostram que a educação no Brasil é ruim e alguma coisa tem que ser feita. Mas a formação do professor no Brasil é puramente ideológica, um discurso que está presente nas faculdades de Educação, e isso é uma característica do Brasil inteiro, de um submarxismo raso, que considera a escola uma forma de reprodução da sociedade capitalista. Algo muito difundido no Brasil nas décadas de 60, 70 e 80, e que com o golpe militar se aprofundou na Educação como foco de resistência. Uma ideia de que a escola é uma instituição de reprodução do capitalismo e que não liberta o homem, e que assim sendo precisa ser destruída. Então todos sabem como criticar, desconstruir uma escola, mas ninguém sabe dizer como construir uma escola, como é essa escola libertadora. Tanto que nos movimentos de ocupação das escolas, eles são contra as OS, mas não tem uma proposta de como fazer uma escola melhor. Parece até que a escola que temos aí é uma escola boa, o que não é. A escola é muito ruim e precisa ser mudada.

JP – O que você acha do envolvimento de professores da UFG nas manifestações contra as OS?

Fernando – São militantes. Eles puxam a greve, protestam nas escolas estaduais, protestam contra aumento da tarifa de ônibus, é uma militância. A UFG tem bastante professor militante, mas não é uma particularidade da UFG, a universidade no Brasil tem muitos militantes de ultra esquerda. A universidade é um bastião do pensamento de uma ultra-esquerda que está completamente à margem da sociedade atual.

JP – A UFG é a maior formadora dos professores do ensino médio. Como você vê a participação da universidade nesse processo?

Fernando – A UFG não tem unidade na formação de professores, cada departamento tem um jeito de formar professor. A universidade não pensa essa formação, faz de qualquer jeito. E muitos professores que chegam à rede estadual não são formados para dar aula, mas são formados para ser contra o sistema de ensino e poucos dão aula. A UFG peca muito por isso. Os cursos de licenciatura da UFG estão definhando. Não tem aluno. A UFG oferece seis mil vagas e só consegue preencher cinco mil. Uma universidade pública, gratuita, perde mil na entrada. Desses cinco mil, só forma três mil. Perde dois mil alunos pelo caminho. E por quê? Será que é só porque o salário de professor é ruim? É porque a formação também é muito ruim, o cara percebe que aquela formação não vai levar ele a lugar algum. Isso é dinheiro público jogado fora e a universidade não olha para isso.

JP – Como você vê a participação da UFG nesse processo de implantação das OS?

Fernando – A rede estadual está caindo pelas tabelas e a UFG não tem uma proposta. Nenhuma. Sem discussão. Você tem a resposta ideológica de unidades. Professores fazem moção pública contra a militarização. Mas tem uma moção a favor de uma mudança ou de algo para melhorar a escola? Nada. E a universidade age como se não fosse com ela, como se não tivesse nada a ver com isso.

JP – E o que a universidade poderia fazer?

Fernando – Por exemplo, estimular seus alunos a conhecer e a vivenciar a escola pública, desenvolver modelos e metodologias de ensino por disciplina, discutir e elaborar material didático, participar da discussão nacional dos currículos. A universidade critica os livros didáticos. Realmente, são um horror, mas porque esses material não surge dentro da universidade, um bom material? Se os meninos não aprendem Matemática, por exemplo, por que a universidade não desenvolve um método de ensino, algo estimulante, e aplica nas escolas? A universidade poderia fazer muito mais do que faz.

ENTREVISTA
RAFAEL SADDI

Espírito combativo

Fábio Alves

Uma das peças mais importantes do movimento de apoio aos estudantes secundaristas contra as Organizações Sociais (OS) em Goiás, Rafael Saddi Teixeira, da Faculdade de História (FH), é perseguido por munir o movimento com informações. Duas de suas postagens, intituladas "Dando Nome aos Bois" I e II, sobre quem são os responsáveis pelas OS qualificadas até janeiro para gerir as escolas, repercutiram muito nas redes sociais.

Graduado em História pela PUC, mestre e doutor em História pela UFG, Rafael deu aula na rede estadual quando terminava a graduação, no início dos anos 2000. Abandonou a carreira docente em 2006 para viver como catador de papel. Em 2009, deixou o movimento dos catadores, retomou os estudos, concluiu o doutorado e se tornou professor da UFG em 2010.

Na universidade, se dedica à didática da História, vertente que reflete os fundamentos sociais do pensamento histórico.

Rafael figurou como "líder guerrilheiro" em reportagem do jornal Diário da Manhã *e foi detido no início de janeiro passado, quando tentava ajudar alunos adolescentes que, segundo ele, apanharam da polícia durante a desocupação do Colégio Ismael Silva de Jesus. "É uma forma de retaliação. Estão pegando alguém que está produzindo informação sobre as OS. É algo além do embate político, ideológico", diz.*

Jornal do Professor - Que avaliação o professor faz do ensino na rede estadual?

Rafael Saddi - A diferença da rede particular e a pública não implica em separação da qualidade de uma ou de outra. São educações diferentes. A vantagem da rede estadual é a autonomia para construir seu material e abordar de forma mais crítica os temas que o professor escolhe. Essa autonomia se perde desde os anos 1990, mesmo assim, o professor da rede tem mais autonomia que o da particular, que rege sua atuação pela aprovação em vestibular ou Enem. Mas ensinamos História, como a história é produzida, e quando o aluno percebe o modo como se produz o passado, ele se torna crítico frente às várias narrativas do presente. Na rede particular isso não é possível. As OS se inserem nessa perda de autonomia. Desde os anos 1990, as grandes avaliações tem pautado o ensino nas escolas públicas. Índices como Ideb têm critérios pouco elaborados. O aluno faz provas de Português e Matemática e outros itens avaliados são o número de evasão escolar, aprovação superior... Por isso, por essa pressão, dá -se mais espaço para essas matérias. As outras perdem espaço e o professor começa a passar aluno. Em Goiás, por exemplo, o Ideb é o maior do Brasil e sabemos que o ensino não é bom.

JP - O que mais de ruim tem na rede estadual?

Rafael - Falta de condição de trabalho, falta de infraestrutura, falta recurso para o professor trabalhar. O salário é muito ruim e como há poucos professores, eles acabam dando aula de outras matérias. Temos uma formação especializada, mas não conseguimos nos dedicar apenas a ela. E também o número elevado de alunos por sala de aula.

JP - O Estado teria condições de resolver esses problemas?

Rafael - O Estado não pretende fazer isso. O custo da educação é alto. Tem que ser alto. Se houver aumento do salário dos professores, gera impacto no orçamento do Estado, mas é necessário. Tem uma política de orçamento pequeno para a Educação. Sem o aumento fica difícil de suprir problemas.

JP - Por que as OS não são solução?

Rafael - A única mudança efetiva é que essas organizações passam a ter flexibilidade de contratar serviços e servidores sem as amarras e dificuldades que o Estado tem. Mas pensando em termos políticos, essa flexibilização significa perda de condições de trabalho dos servidores, que não terão estabilidade. Estabilidade é muito importante entre educadores. Imagine se na UFG os professores não tivessem estabilidade, se fossem submetidos às decisões do diretor da unidade. Conflitos teóricos e diferenças de concepção gerariam demissões. Uma profissão que lida com trabalho intelectual precisa de autonomia para expressar divergências, para fazer críticas. Com as OS, o professor é funcionário de empresa privada. Se o diretor da OS estabelecer que você está fugindo do tema que eles estabeleceram, você se complica. Além disso, o edital das OS se baseia em aumentar os índices, aumentar Ideb. Não se pensa na qualidade para além desses critérios. Nas experiências fora do Brasil com gestões privadas, segundo o autor Luiz Carlos Freitas (Unicamp), descobriram muitas formas de burlar exames para conseguir resultados. Nos Estados Unidos e Suécia, por exemplo, houve diminuição dos estudantes mais pobres nessas escolas. E se um aluno apresenta mais dificuldade, não é interessante manter esse aluno nessa escola. Aumenta a segregação.

JP – Por que você começou a se mobilizar contra as OS na Educação?

Rafael - Minha participação surgiu depois que pesquisei quem são as OS. Em novembro soltei um texto (no Facebook), o "Dando Nome aos Bois". As OS podem comprar produtos e serviços de menor qualidade por preços maiores, podem contratar empresas que são deles mesmos, porque não há controle. Então vi que havia interesse de empresas privadas por essas possibilidades e comecei a denunciar. A OS da Editora Kelps foi qualificada e dono responde por processo de fraude junto com o secretário Extraordinário, que é o responsável pela implementação da OS. As OS que continuam surgindo também têm vínculos partidários e respondem a outros casos de corrupção e fraude. Na minha opinião, as OS são uma forma de facilitar desvio de dinheiro público.

JP – Como você se envolveu com os estudantes das ocupações?

Rafael - Em outubro (2015), teve início o comitê "Contra a Terceirização da Educação em Goiás". Era um movimento para quem quisesse. Deu mais professores e alunos. Nossa primeira reunião foi na Faculdade de Educação da UFG. Tinha mais de 200 pessoas, várias pessoas indignadas com o que estava acontecendo. Lá definimos que seriam feitas manifestações de rua e debateríamos o assunto nas escolas. Nessas manifestações os secundaristas resolveram criar o movimento deles, já havia estourado o movimento dos estudantes de São Paulo. Criaram o movimento "Secundaristas em Luta" e ocuparam a primeira escola em Goiânia, o José Carlos de Almeida, e muitas outras depois. Muitos alunos que ocuparam escolas não tinham ido em nenhuma das nossas reuniões, era um movimento dos alunos mesmo. O comitê contra a terceirização, que eu tinha atuação mesmo, perdeu seu papel, porque a luta estava nas mãos dos estudantes. Nosso papel, então, como pessoas, era apoiar. Levamos comida, fizemos doações, campanhas para doar, demos aulas e oficinas. Teve professor que dormiu nas ocupações. Muitos alunos tinham medo de dormir, principalmente nos colégios de periferia. No Ismael (Silva de Jesus, colégio), por exemplo, os meninos eram basicamente do ensino fundamental, pequenos. Os professores faziam escalas para não deixá-los sozinhos. Mas a luta era deles e eu calculo entre 300 a 400 pessoas envolvidas no trabalho de ajuda nas ocupações.

JP - Por que acha você virou foco?

Rafael – A visibilidade do Facebook. Por ter feito a pesquisa que fiz e publiquei, de fato, dando nome aos bois, falando exatamente quem são, mostrando quem eram os caras e que eles respondiam processos. Acho que é uma forma de retaliação. Estão pegando alguém que está produzindo informação sobre as OS. É algo além do embate político, ideológico.

JP – Em que essa experiência mudou sua visão política?

Rafael – Temos outros ensinamentos sobre política, sobre o momento que estamos vivendo. Fico impressionado com o potencial dessa juventude . Esses meninos são muito diferentes da análise de conjuntura que a esquerda faz. Na análise da esquerda, diga-se de passagem, na análise que vários professores da UFG fazem, é que há um avanço no conservadorismo no Brasil e que a nova geração é praticamente fascista. Isso não é verdade, é uma crítica de quem vê o conflito por cima, de quem está preocupado com a dualidade entre PT e PSDB. Precisa rever essa análise. Outra coisa foi ver como o Estado funciona, como consegue ter uma força tão grande sobre a imprensa e outras instituições. No Ismael (colégio) mesmo, quando os meninos foram espancados, a Televisão Anhanguera chegou e eu os cumprimentei: "Que bom que vocês chegaram, os meninos foram espancados, vocês poderiam falar com eles". E eles passaram reto. A imprensa está muito amarrada. O Estado consegue articular vários órgãos do poder público e outros que não são do poder público. Até hoje o MP (Ministério Público) não defendeu meninos que apanharam da PM. Minha segurança é ser professor da UFG, mas todos os professores do MPG (Mobilização dos Professores de Goiás) estão sofrendo sanções, professores foram removidos das suas escolas. Isso não pode acontecer. Já procurei o Ministério Público para denunciar casos de assédio sofridos por professores envolvidos no MPG. Lá me disseram que esses professores deveriam procurar o Sintego (sindicato). Mas o sindicato não faz nada.

JP - O que essa experiência muda sua carreira como professor?

Rafael - Como professor que trabalha na formação de outros professores, essa experiência me fez entender a realidade das escolas públicas de Goiás e o modo como o Estado conseguiu construir um sistema educacional que limita o professor. Isso eu não tinha tanta clareza. Vi que os professores são pressionados de uma forma que não existia na minha época (de professor da rede estadual). Os professores de escolas de tempo integral, por exemplo, estão se voltando contra alunos que ocuparam escolas. A Secretaria de Educação disse que se as escolas não forem desocupadas, eles não vão receber a gratificação de fevereiro. O professor não tem nada a ver com isso, mas a secretaria fala que eles não estão trabalhando e por isso não teriam direito a receber.

JP – Como você vê o envolvimento da universidade neste processo?

Rafael - Do ponto de vista acadêmico, a universidade devia ter feito uma frente de pesquisa para dar um parecer sobre as OS, reunir vários pesquisadores da licenciatura, que são conhecidos nacionalmente e, alguns, internacionalmente. Essa atitude foi tomada individualmente por alguns professores, como eu, Tadeu Arrais (Iesa), Miriam Bianca (FE) e alguns outros que estão se debruçando sobre o assunto. Mas também uma atuação política, porque essa mudança vai afetar algo em que a universidade está diretamente ligada, a educação. O projeto tem impacto em todos os cursos de licenciatura da universidade, então ela tinha que exigir o debate, mas em nenhum momento se posicionou. Mas o que acho ainda mais grave é quando professores da universidade passam a ser intimidados e sofrer retaliação por produzirem informação, que é o nosso trabalho, a universidade também não se posiciona. A universidade tem sido omissa na defesa da autonomia da atividade intelectual.

Funpresp tem 58% de adeptos da Educação

Criada em 2013 para garantir aposentadoria acima do novo teto, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) tenta ampliar adesões nos 205 órgãos do governo federal. A participação de servidores da Educação aumentou de 5% para 42% no último ano. O **JP** *conversou com Ricardo Pena, diretor-presidente da fundação.*

Jornal do Professor - É baixa a adesão docente ao plano da Funpresp?

Ricardo Pena - Houve uma mudança total de paradigma na aposentadoria do servidor público federal e isso demanda tempo para ser absorvido e compreendido. Nosso grande desafio é disseminar informações sobre os planos que administramos aos professores federais e aos demais servidores públicos do Executivo. Não é uma tarefa fácil, já que a Funpresp-Exe conta com 205 patrocinadores entre órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Executivo e do Legislativo Federal, em todo o território nacional. Há universidades, por exemplo, que têm mais de cinco unidades no interior do estado, além do campus principal. Ainda assim, não consideramos que haja baixa adesão entre docentes. O nosso maior número de participantes é da área da Educação. Hoje a categoria já responde por mais da metade do total de adesões dos participantes ativos normais (aquele que entrou no serviço público federal a partir de 4 de fevereiro de 2013 e recebe acima do teto do INSS), 58% do total. A fundação dobrou de tamanho, terminando 2015 com 22,2 mil participantes. A taxa de adesão entre os docentes saiu de 5% em 2014 para 42% em 2015.

JP - Porque aderir ao plano é importante para o docente?

Ricardo - Aderir ao plano da Funpresp é garantir que o professor tenha, na aposentadoria, o mesmo padrão de vida que ele tinha quando estava trabalhando. Com a instituição do teto do Regime Geral da Previdência Social como parâmetro para a aposentadoria do servidor público, penso que a previdência complementar seja a melhor opção. Os planos de benefícios administrados pela Funpresp contam com a grande vantagem da paridade da universidade no caso do participante ativo normal. Isso quer dizer que para cada real poupado pelo servidor, a União também contribui com a mesma quantia. A poupança é dobrada. Também há vantagens comuns que alcançam todos os servidores, ou seja, independentemente de sua adesão como participante ativo normal ou participante ativo alternativo (aqueles que ganham abaixo do teto ou que já eram servidores antes de 4 de fevereiro de 2013). Entre elas se destacam os benefícios tributários – dedução mensal das contribuições no IRPF, a possibilidade de portar recursos de outros fundos de previdência fechada ou aberta (PGBL) e o repasse de 100% da rentabilidade para a conta individual do participante, uma vez que a Funpresp-Exe não tem fins lucrativos.

JP - Qual a principal diferença entre aposentadoria comum e pela Funpresp?

Ricardo - Para dar continuidade à Reforma da Previdência, aprovada em 2003, a União instituiu a previdência complementar, que é um benefício opcional, de caráter facultativo, que dá ao trabalhador uma proteção previdenciária adicional, conforme sua necessidade e vontade. Sem a previdência complementar, o professor vai se aposentar com o teto do INSS, que hoje é de R$ 5.189,82, independentemente de sua remuneração ser maior. É importante lembrar que o quanto antes o professor iniciar sua poupança previdenciária, maior será o valor acumulado para a manutenção do seu padrão de vida na aposentadoria. A Funpresp disponibiliza no seu site (www.Funpresp.com.br) a Cartilha do Professor, em formato de perguntas e respostas que pode auxiliar o entendimento sobre a nova previdência complementar e os planos de benefícios que oferecemos.

Quem é
Ricardo Pena

Economista, pós-graduado em Finanças (USP) e doutor em Demografia (UFMG). Da carreira de auditor fiscal da Receita Federal, foi secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência entre 2008 e 2009. É diretor-presidente da Funpresp desde dezembro de 2012.

Números

8.535
docentes participam do plano no Brasil

839
docentes participam do plano em Goiás

317
são professores do magistério superior

522
professores de institutos

*Dados de participantes ativos normais em dez/2015

Fonte: CGDMS/SEGEP/MP - Funpresp-Exe

AscomUFG

À espera da autonomia

Diretores de regionais já imaginavam processo moroso e revelam ansiedade da comunidade acadêmica com a criação de novas universidades federais

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reafirmou, em janeiro, a intenção do governo de criar universidades federais em Catalão e Jataí. O projeto de lei para a criação dos novos centros sofrerá ajustes e depois será encaminhado ao Congresso Nacional.

"Já estávamos imaginando que seria assim (demorado)", diz o vice-diretor da Regional Catalão, Denis Rezende. "Existem muitos trâmites na criação de uma nova universidade: análise de uma comissão do MEC; autorização do Ministério do Planejamento (MPOG); duas comissões no Congresso Nacional; e só depois vai para assinatura da presidente", explica.

O anúncio do acordo para a criação das novas universidades aconteceu há três meses pelo governador Marconi Perillo. "A demora tem gerado um estado de ansiedade na comunidade universitária", comenta o professor Alessandro Martins, diretor da Regional Jataí. Para ele, a crise política nacional dos últimos meses interfere no andamento do processo.

"Esta demora, se se estender muito, gera desconfiança na população universitária, principalmente porque a criação de uma universidade é um ato político, e nós não sabemos o que acontece nos bastidores da política quando se tem um governador pedindo algo para uma presidente, sendo eles de partidos rivais", analisa Denis.

Na lista de benefícios que virão com as universidades federais, a autonomia financeira é o primeiro item. Mas haverá mais agilidade em processos administrativos, possibilidade de recebimento das gratificações para o funcionamento da nova estrutura administrativa e estabelecimento de diretrizes acadêmicas próprias.

Mercadante, em fala na presença do reitor Orlando do Amaral, no final de janeiro, disse: "Quanto mais próximo você está do local, melhor é para cuidar da universidade. E para o ganho na ciência, na tecnologia, na formação profissional, na pesquisa e no desenvolvimento regional".

Os nomes das futuras universidades foram definidos pelas respectivas comunidades acadêmicas. Catalão terá a Universidade Federal de Catalão, com a sigla UFCat. Jataí terá a Universidade Federal de Jataí (UFJ).

> "NÃO SABEMOS O QUE ACONTECE NOS BASTIDORES DA POLÍTICA QUANDO SE TEM UM GOVERNADOR PEDINDO ALGO PARA UMA PRESIDENTE, SENDO ELES DE PARTIDOS RIVAIS"
>
> **Denis Rezende**
> Vice-diretor da Regional Catalão

AscomUFG

Alessandro Martins, diretor da Regional Jataí: expectativas

Catalão aguarda curso de Medicina

O curso de Medicina está designado para Catalão. A previsão da regional é que o ministério da Educação execute os procedimentos de autorização durante esse ano e a primeira turma ingresse em 2017. O orçamento apertado preocupa o vice-diretor da Regional, Denis Rezende.

"A expectativa otimista é que o orçamento desse ano se repita. O que já é preocupante, pois precisamos de recursos adicionais para instalação do curso de Medicina que está previsto para começar no próximo ano", diz o professor.

"O curso de Medicina é muito aguardado não só pela comunidade universitária, como também por toda a região. Espera-se com ele uma melhoria nas condições de saúde a médio e longo prazos", analisa Denis.

A elaboração Plano Pedagógico do Curso de Medicina de Catalão continua em evolução e houve uma reunião com a Coordenação do Curso de Medicina da UFG/Jataí. Houve troca de ideias e coleta de experiências do processo de implantação em Jataí.

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

Reprodução/Arquivo Adufg

JORNAL DA ADUFG
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFG
AGOSTO/89
UFG em tempo de eleição
Paulo
Ricardo
Um deles comandará a UFG nos próximos quatro anos

Jornal da ADUFG
BOLETIM INFORMATIVO DOS DOCENTES DA UFG
DEZ/1978
na luta pela
ANOS
universidade
Adufg
movimento
ANOS
docente
DEZ/1988
21/12/78-21/12/88
ADUFG
10 ANOS
Goiânia, 18 de dezembro de 1978
Prezado colega:

Jornal da
ADUFG
UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFG
JULHO 1992
Laboratórios refletem crise no ensino
Leandro B. Cunha
A verba destinada aos laboratórios não permite sua ampliação
Os laboratórios deveriam representar o espaço para a união da teoria com a prática, mas o orçamento da Universidade, cada vez mais reduzido, impede sua ampliação ou modernização, sendo suficiente, quando muito, apenas para sua manutenção em funcionamento. Materiais caros acabam encostados por falta de peças de reposição ou encaixotados, por não terem móveis para sua sustentação.
Biblioteca Central é
Alunos de
Associados da Adufg ganham área de lazer

Do 'Jornal da Adufg' ao Jornal do Professor

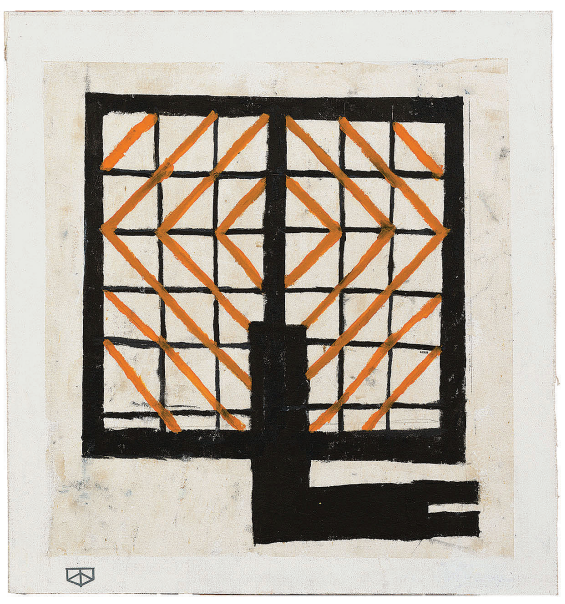
O projeto de um jornal da Adufg começou com o próprio sindicato, ainda em 1978. Por falta de recursos financeiros, enquanto não havia uma edição, eram divulgados boletins com informações sobre assembleias, informes da associação e textos sobre conjuntura política e sindical nacional, no mais das vezes notícias reportadas de outras fontes. No final da década de 1980 é que o sindicato passou a publicar informações produzidas pela própria entidade, quando foi criado o "Jornal da Adufg". Docentes assinavam artigos e a própria edição. O "Jornal da Adufg" de agosto de 1989 tem redação e edição assinadas pela professora Raquel Mourão Brasil, aposentada da antiga Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb). Esta edição com oito páginas e formato tabloide cobriu as eleições para reitoria da UFG, falou de greve, tinha uma coluna de notas e notícias nacionais sobre atos do MEC. Teve colaboração das professoras Silvana Coleta, Maria Iêda Burjak e Dalva Borges.

Mas não havia periodicidade. Enquanto aquela edição de 1989 seria o número 15, em julho de 1992 surge o mesmo "Jornal da Adufg", mas número 1. Produzido por estudantes supervisionados dentro do laboratório de Jornalismo da Facomb, este "novo" jornal trouxe conteúdos sobre a realidade dos laboratórios e das condições de pesquisa da UFG, além de reportagens sobre departamentos e sobre a própria Adufg. Também em formato tabloide e com oito páginas. Todos os exemplares estão clipados no arquivo físico da Adufg Sindicato. Em 2012, o então diretor da Faculdade de Comunicação e Informação (FIC), Juarez Ferraz de Maia, idealizou o Jornal do Professor. Em formato germânico e com 16 páginas, teve o número 1 publicado em agosto daquele ano. O projeto exigiu a contratação de jornalistas exclusivos para sua produção. Juarez definiu a linha editorial: plural, o jornal busca as contradições do universo docente, seja na pesquisa ou na política sindical.

Jornal do Professor
PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 28 – DEZEMBRO DE 2015
Sindicato como saída para o individualismo
EDITORIAL
Combate ao assédio
AFIRMAÇÃO PELA DANÇA
18ª DIRETORIA
A gestão da diferença
CARREIRA
CPPD esclarece promoções
Prêmio Jabuti fortalece UFG
Carta sindical: efeitos jurídicos
Adufg pode representar IFs
Jornal do Professor
PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 24 – AGOSTO DE 2015
RAINHA DAS ABELHAS – Maria José Almeida (Cepae) ministra disciplina especial sobre inseto Página 12
UFG sem R$ 20 mi para pagar contas
A FF na memória de Rui Hiroshi Yamada
SAÚDE MENTAL
Quase 80 docentes afastados em 5 anos
Jornal do Professor
PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 21 – ABRIL DE 2015
UFG freia crescimento
Reforma política
O RETORNO DE JOSÉ L. VEIGA

Bené Fonteles

A poesia da memória



"A borracha sobre a memória jamais pode apagar o que a arte eterniza". A frase de Bené Fonteles dimensiona a sensibilidade do trabalho em construção da professora e artista plástica Selma Parreira.

A docente da FAV visita há dois anos um galpão abandonado que no passado abrigou uma empresa cerealista e um armazém de secos e molhados, em Anápolis. Locais marcantes em suas lembranças de infância.

Era lá "o espaço de trabalho dos homens, para onde se dirigiam, todos os dias e por cinco décadas, meu avô e seus dois filhos, e, nos últimos anos, meu pai e meu irmão", explica a artista.

O galpão está desativado e em processo de desocupação. Através da pintura, de registro fotográfico e de vídeo, os detalhes deste espaço se encontram com a poesia da memória de Selma. "Numa ação sem sentido contrário e mediante os recursos da arte, recolho resíduos e busco registrar o que encontro de história do lugar", diz.

Do apanhador de cereal à porta antiga, cada pedaço carregado de simbolismo é matéria-prima para o projeto de Selma, chamado de "Máquina" – de curadoria compartilhada entre Bené Fonteles, Antonio Ambrósio Bandeira e Irene Tourinho –, que deve ser exposto daqui a dois anos.

O lançamento do projeto foi exibido na Galeria da FAV, nos meses de dezembro e janeiro, com a série de pinturas "Desuso". Algumas das obras expostas estão reproduzidas nesta página.

O Jaburu-2015 e o Monumento ao Trabalhador

Monumento ao Trabalhador, obra destruída no centro de Goiânia pela ditadura militar

Por Pedro Célio Alves Borges *

O Troféu Jabuti-2015 conferido ao professor Leonardo Caixeta (IPTSP) serve de estímulo a todos nós na UFG. "Pode significar o início do fim do isolamento da produção científica de Goiás", destaca o **Jornal do Professor** (nº 28). Parabéns pela matéria!

Tomo a liberdade de sugerir ao jornal que incluam na pauta a homenagem recebida pelo professor aposentado Elder Rocha Lima, o Prêmio Jaburu, no dia 16 de último novembro. Não sei comparar as duas distinções, quanto ao que significam em nobreza e reconhecimento público aos profissionais da ciência e da cultura. Sei que são dois momentos similares, centrados, cada um, em obra de um notável colega de universidade.

Elder lecionou na UFG até ser demitido, logo após o golpe militar de 64, sem receber qualquer explicação. Depois, respondeu a IPM (Inquérito Policial Militar), foi cassado e, igual a tantos outros, ficou proibido de trabalhar no serviço público por longos anos. Só retornou à instituição após a anistia de 1979.

Junto com Amaury Menezes, Frei Nazareno Confaloni e outros, Elder ajudou a criar em 1968 o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo em Goiás, na antiga UCG. Marcas de sua arquitetura encontram-se em locais conhecidos de Goiânia: a sede do antigo BEG; a sede do Grupo Jaime Câmara; o Cemitério Jardim das Palmeiras; a sede da Escola de Engenharia (UFG). Há outras na mesma cidade, em Brasília, em cidades de São Paulo e de Goiás.

Além disso, Elder detém excepcionais dotes criativos como aquarelista, artista gráfico, pintor e crítico de arte. Atualmente escreve em jornais de Brasília, onde mora. A extensa lista dos prêmios que recebeu o comprova e menciono aqui o título de doutor *honoris causa* pela PUC-GO (2011). Agora, veio a estátua Jaburu.

Em 2015 a Comissão da Verdade em Goiás (CEMVJ-GO) aprovou moção de recomendar ao governador do Estado e ao prefeito de Goiânia a reconstrução do Monumento ao Trabalhador.

Pouca gente sabe, mas este monumento trazia três assinaturas de vulto. Clovis Graciano concebeu e montou os dois belíssimos painéis em mosaico de pastilhas vitrificadas, cada um com quase 15 metros de largura por 1,5 metro de altura. Da sensibilidade de Elder vieram os dois suportes de concreto para os painéis. E Farid Helou respondeu pelo paisagismo e traçado urbanístico do entorno da obra, a Praça do Trabalhador.

Menos ainda se sabe que este conjunto foi destruído por agentes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), estimulados pelo clima de repressão da ditadura. Sucederam-se atos de intolerância e descaso das autoridades que suprimiram o monumento da praça. Não restou sinal físico algum, nem memória. Pode ser este o maior crime contra as artes e a cultura em Goiânia.

E agora, coincidente com a manifestação da CEMVJ-GO, tenebrosas tentativas de finalizar a destruição avançam na forma de projetos para eliminar a própria Praça do Trabalhador, em prol dos negócios do polo de confecção, que alguns ainda chamam de Feira Hippie.

* Professor Associado da FCS. É representante da UFG na Comissão Estadual da Verdade Memória e Justiça em Goiás

Fábio Alves

Elder, 88, não para

Por Fábio Alves

A poucos minutos de sair para um jantar em sua homenagem, proposto pelo governo de Goiás, Elder Rocha Lima reluta em posar para o retrato do **JP**. "Se colocarem um trabalho meu no lugar da fotografia, ficaria mais agradecido", disse. Nos encontramos no final de janeiro, num hotel no Setor Oeste, em Goiânia.

A movimentada agenda de Elder, 88 anos, dá poucas brechas. Depois da noite com políticos e personalidades da cultura goiana, ele partiria para a cidade natal, Goiás. Lá assinaria contrato para pintura de um painel.

Ao folhear as páginas do livro "Cidades na contraluz — Cidades coloniais brasileiras, cidades portuguesas", produzido em parceria com o filho Marcelo Feijó, em 2014, o professor anuncia outro projeto: a ilustração de uma obra da Confraria dos Bibliófilos do Brasil. Ele não para.

A paixão pelo Cerrado hoje mune a inspiração do artista. Um amigo sugere: Elder tornou-se um *homo cerradenses* – espécie que dedica o trabalho ao Cerrado. "Me voltei para a valorização da estética desse nosso bioma fantástico", diz Elder.

Quem é

Elder Rocha Lima

Nascido na Cidade de Goiás em 1928, pintor, desenhista, aquarelista, arquiteto, crítico de arte, artista gráfico e professor. Formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (RJ). Foi professor da UFG e um dos criadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da então Universidade Católica de Goiás (UCG).